

Perdoe-nos o leitor, por nossa insistência matemática e estatística, mas é que experiências como estas que relatamos avultam-se em números, embora jamais sejam suplantadas por eles. Os números, contudo, têm duas capacidades de especial interesse para o objetivo deste ensaio. A primeira capacidade é a de nos dar certa compreensão da dimensão do problema que enfrentamos e, possivelmente, uma ordem de gravidade. A segunda capacidade, decorrente da primeira, é a de, por dimensionar a extensão e a intensidade dos problemas, conferir autoridade para convencer sobre a premência de sua resolução.

Até aqui, vimos como as desigualdades podem incidir sobre indivíduos e grupos de modo simultâneo e cumulativo, fenômeno a que chamamos de interseccionalidade. Vimos como a “coincidência” de interseccionalidades pode atuar para o prejuízo dos indivíduos posicionados às margens compartilhadas entre grupos desprivilegiados.

Tratamos ainda sobre a possibilidade de que a incidência de consequências negativas de certas desigualdades em determinados indivíduos e grupos “atraia” a probabilidade de que outras desigualdades incidam também sobre eles. Para demonstrar evidências de como isto ocorre, citamos diversos estudos que evidenciam restrições negativas impostas a interseccionalidades de gênero, raça, idade, escolaridade e suas conexões com renda, acesso ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde, à moradia, entre outros. Tentamos sintetizar estas relações em termos objetivos, utilizando terminologias abstraídas da matemática e da estatística, mas alertando para o fato de que os números jamais suplantarão a riqueza dos sentimentos – e a tragédia – daqueles que os números se propõem a representar.

A seguir, expomos uma das dimensões nas quais a desigualdade entre indivíduos se manifesta (a desigualdade política). O estudo da desigualdade política, e de sua